

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 823.165 - MG (2015/0307433-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : L R DE A  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ FERREIRA POLYCARPO GOMES - MG111499  
SILVIA FARIA DE MESQUITA CARVALHO E OUTRO(S) -  
MG074039N  
**AGRAVADO** : M G DA C  
**ADVOGADO** : JEFERSON JOSE BAETA NETO - MG102688N

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por L R DE A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

*"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE DETERMINOU A PARTILHA. PENDÊNCIA DE RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE.*

*- A ausência de trânsito em julgado do acórdão em razão da pendência de recurso sem efeito suspensivo não impede a execução provisória da sentença." (e-STJ, fl. 167)*

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 330, 332 e 620 do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, a) a decisão recorrida contradiz com as provas produzidas nos autos, uma vez que *"a Recorrente juntou aos autos vários documentos que comprovam que o imóvel foi adquirido através de frutos gerados pelo seu trabalho, não tenho a Recorrida qualquer participação na compra, tais como comprovantes de utilização dos saldos de sua poupança, conta corrente e até de seu FGTS (...) Dessa forma, sendo necessária produção de outras provas não poderia ter sido o feito julgado antecipadamente."* (e-STJ, fl. 189); e b) *"o artigo 620 do CPC é norma cogente, de conteúdo ético e social e, deve ser obrigatoriamente observada pelo juiz da execução. Certo que, no presente caso, a forma menos onerosa é aguardar o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a união estável e determinou a partilha, antes de se iniciar efetivamente os atos de divisão dos bens. Isso porque a avaliação do imóvel neste momento somente geraria ônus processual"*

(e-STJ, fl. 190).

Contrarrazões apresentadas às fls. 215/222.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

A irresignação não merece prosperar.

Como sabido, o prequestionamento é requisito de admissibilidade do apelo especial, uma vez que compete ao eg. STJ julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção do art. 105, III, da Carta Magna, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Na espécie, tem-se que os temas referentes à suposta violação aos arts. 330 e 332 não foram apreciados pelo eg. Tribunal *a quo*, acarretando a ausência de prequestionamento desses dispositivos legais. Ademais, não foram opostos embargos de declaração em face do o v. acórdão que julgou a apelação, para fins de prequestionar essas normas.

Nesse diapasão, nessa parte o apelo nobre não merece conhecimento, em face da incidência, por analogia, do óbice da Súmula 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

***"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO E INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS E CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.***

***1. Os temas insertos nos arts. 42 da Lei 6.435/77 e 21 do Decreto 81.240/78, tidos por contrariados, não foram objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de***

# Superior Tribunal de Justiça

*declaração a fim de suprir eventual omissão. É entendimento assente neste Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento dos dispositivos tidos por violados, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.*

(...)

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no REsp 1693829/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO DO ATO ILÍCITO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.*

(...)

*4. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1107715/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

Se não fosse o bastante, no que diz respeito à partilha de bens, a alegação de o imóvel foi adquirido sem o esforço comum do casal resta preclusa, neste momento processual, considerando o julgamento da apelação interposta contra a r. sentença proferida após a interposição do agravo de instrumento que deu ensejo a este Aresp, apelação à qual foi negado provimento, consoante verifica-se *"no entanto, a apelação foi julgada no dia 04.11.2014, sendo certo que este Tribunal negou provimento ao recurso e confirmou a forma de partilha especificada na sentença (f.143/149)"* fl. 169.

Avançando, no que se refere ao imediato cumprimento da sentença, por arbitramento, o Tribunal de origem concluiu ser cabível por não haver impedimento para a execução provisória. É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão recorrido:

*"Cuida-se de agravo de instrumento interposto por L. R.A. objetivando a reforma da decisão oriunda do juízo da 9ª Vara de*

*Família da comarca de Belo Horizonte que, no âmbito da liquidação por arbitramento ajuizada por M.G.C., determinou a expedição de mandado de avaliação do imóvel em litígio.*

*Narra a recorrente que a sentença proferida nos autos da ação de reconhecimento e dissolução de união estável ainda não transitou em julgado, porquanto foi interposto recurso de apelação. Sustenta que não pode haver a liquidação da sentença que determinou a partilha quando ainda pendente o recurso de apelação.*

*Argumenta que a sentença é injusta, pois não observou que o imóvel em questão foi adquirido com esforços exclusivos da agravante.*

*Pugna pela suspensão da medida de avaliação dos bens até o trânsito em julgado da sentença.*

*Não comungo desta argumentação, data venia.*

*Com efeito, contra a sentença que determinou a partilha dos bens foi interposto o recurso de Apelação nº 1.0024.11.211503-5/004, no qual a ora agravante objetivava fosse reconhecido que o imóvel em litígio foi obtido com esforços exclusivos dela, obstando a partilha.*

*Quando da interposição deste agravo de instrumento, o recurso de apelação ainda estava pendente de julgamento, o que motivou a concessão do efeito suspensivo (f.130).*

*No entanto, a apelação foi julgada no dia 04.11.2014, sendo certo que este Tribunal negou provimento ao recurso e confirmou a forma de partilha especificada na sentença (f.143/149).*

*Por certo, julgada a apelação não há mais qualquer obstáculo para que se proceda e liquidação e cumprimento da sentença.*

*Sim porque, para impugnar o acórdão a recorrente só poderia se valer da interposição de recurso extraordinário e de recurso especial. No entanto, a possibilidade de tais recursos serem interpostos não impede a execução da sentença, conforme prevê o art. 497 do CPC eis que, nos termos do § 2º do art. 542, CPC, são recebidos apenas no efeito devolutivo. Dessa forma, por estarem pendentes apenas recursos sem efeito suspensivo, não há óbice para que se proceda à execução da sentença, conforme dispõe o art. 475-1, § 1º, do CPC: (...)*

*Logo, não pode a agravante obstar o cumprimento da sentença apenas por discordar de seu teor.*

*Por conseguinte, deve também ser negado provimento ao recurso no que tange ao indeferimento do pedido de avaliação, eis que deve haver o prosseguimento da liquidação de sentença.*

*Fundado nessas considerações, nego provimento ao recurso e revogo o efeito suspensivo anteriormente concedido.*

*Custas pela recorrente, observada a justiça gratuita." (e-STJ, fls. 168/170)*

A decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a interposição de recurso sem efeito suspensivo não obsta a execução provisória do julgado. A propósito:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO PROVISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO RECLAMO PARA, DE PLANO, NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS.**

*1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, quando não demonstrado, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração. Aplicação do óbice inserto na Súmula 284/STF.*

*Ademais, o aresto proferido pela Corte estadual apresenta fundamentação suficiente e adequada à correta solução de controvérsia que lhe fora submetida.*

*2. Nos termos dos artigos 475-I e 475-O do Código de Processo Civil, é possível a execução provisória quando se tratar de sentença/acórdão impugnado por meio de recurso não dotado de efeito suspensivo, como é o caso, em regra, dos apelos extraordinários.*

**Precedentes.**

*Na hipótese em tela, o entendimento adotado pela Corte de origem está em consonância com a aludida orientação, vez que, pendente apenas de apreciação recurso especial ao qual não foi atribuído efeito suspensivo, faz-se possível a execução provisória.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no Ag 1348110/GO, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 16/02/2016)

**PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – ARREMATACÃO DE BEM IMÓVEL PELA FAZENDA NACIONAL – EXPEDIÇÃO DE CARTA DE ARREMATACÃO DETERMINADA – PRETENDIDA SUSPENSÃO, ANTE A PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL – ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 587 DO CPC – NÃO-OCORRÊNCIA.**

*1. Não se verifica a afronta ao art. 587, pois a hipótese dos autos não retrata a existência de recurso recebido com efeito suspensivo, ainda mais quando se trata de recurso especial que, a*

***teor do art. 497 do CPC, prescreve: "O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução de sentença: a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 desta lei".***

***2. No regime anterior à Lei n. 11.382/06 (que deu nova redação ao art. 587 do CPC), o entendimento sumulado do STJ era no sentido de que "É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos". (Súmula 317) Recurso especial improvido.***

**(REsp 873.086/SP, Rel. **Ministro HUMBERTO MARTINS**, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 19/09/2008)**

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator